

Título:

A ACUMULAÇÃO SOLIDÁRIA

– os desafios da economia associativa sob a mundialização do capital

Autor:

Antônio Cruz

TECSOL – Núcleo de Tecnologias Sociais e Economia Solidária / UFPEL - Universidade Federal de Pelotas

Referência

CRUZ, Antônio. A acumulação solidária – os desafios da economia associativa sob a mundialização do capital. In: **Revista Cooperación & Desarrollo**, n.99. Bogotá, Indesco/UCC, 2011. pp. 101-121.

Resumo:

O trabalho discute a sobrevivência dos empreendimentos de economia solidária no período atual de desenvolvimento do capitalismo, caracterizado pela escola econômica da regulação como “mundialização do capital” (ou oligopolização mundial do capital), a partir do debate marxista sobre a acumulação primitiva de capital e sobre a acumulação primitiva socialista, experimentada no processo de consolidação da União Soviética. A partir das formulações teóricas sobre esses processos históricos e da análise do capitalismo contemporâneo, o trabalho busca uma reflexão sobre os desafios e as possibilidades da economia solidária apresentar-se, hoje, como um modo de produção aspirante à hegemonia de uma nova formação social.

Palavras-chave:

economia solidária, mundialização do capital, acumulação primitiva, acumulação primitiva socialista, acumulação solidária

Abstract

The paper analyzes the survival of the solidarity economy enterprises in the current period of capitalism development, characterized by economic school of regulation as "the globalization of capital" (or global oligopolistic capital), starting from the Marxist debate on the primitive accumulation of capital and the primitive socialist accumulation (experienced in the process of consolidation of the Soviet Union). From the theoretical formulations of these historical processes and the analysis of contemporary capitalism, the work proposes questions about the challenges and the possibilities of the solidarity economy to be presented today as a mode of production aspiring a hegemonic condition in a new social formation.

Key words

Solidarity economy, capital globalization, primitive accumulation, socialist primitive accumulation, solidary accumulation

“A estrutura econômica da sociedade capitalista proveio da estrutura econômica da sociedade feudal. A decomposição desta liberou os elementos daquela.” (Marx, O Capital)

Para onde vai a economia solidária¹? Que perspectiva de futuro têm os empreendimentos de economia solidária? Qual a perspectiva histórica da economia solidária sobre si mesma (como conceito e como fenômeno sócio-econômico)? Ela continuará existindo como uma alternativa viável de inserção econômica dos trabalhadores mais pobres? Que expectativa se pode alimentar quanto à economia solidária, de que ela venha a generalizar-se como um modo de produção que estruture e ordene uma nova formação social?

De modo geral, aqueles que trabalham quotidianamente com a economia solidária – empreendedores solidários (ou como prefiro chamá-los: trabalhadores associados), apoiadores e gestores públicos² – guardam para si estas perguntas, ao mesmo tempo em que apostam com fé no sucesso das suas empreitadas e expressam publicamente um otimismo que nem sempre reflete apropriadamente suas verdadeiras angústias e dúvidas em relação ao futuro. Esta atitude é compreensível em virtude de uma contradição histórica intrínseca ao nosso tempo: o movimento aparentemente contraditório de crescente concentração do capital, por um lado, e de crescimento da economia solidária, por outro.

Esta aparente contradição torna-se ainda mais confusa quando boa parte dos que estão envolvidos na construção da economia solidária acreditam que políticas econômicas de tipo keynesiano ou desenvolvimentistas serão capazes de reduzir significativamente as desigualdades sociais, incorporando de forma duradoura um número crescente de trabalhadores ao mercado formal de trabalho assalariado e redistribuindo renda e riqueza, num processo virtuoso de “inclusão social com ampliação do mercado de consumo e preservação do meio ambiente”. Esta perspectiva, defendida pelo governo brasileiro nos últimos oito anos e renovada recentemente, tem o crédito e o apoio da grande maioria dos agentes da economia solidária no Brasil.

Porém, esta é a linha que separa a análise crítica marxista do capitalismo da análise proposta pela chamada heterodoxia econômica (sejam os keynesianos “puros” ou aqueles que defendem a síntese neoclássica³). Embora marxistas e keynesianos sejam aliados no combate aos preceitos

1 Para fins deste artigo consideraremos a economia solidária como “o conjunto dos empreendimentos econômicos associativos em que (i) o trabalho, (ii) os resultados econômicos, (iii) a propriedade de seus meios (de produção, de consumo, de crédito etc.), (iv) o poder de decisão e (v) os conhecimentos acerca de seu funcionamento são compartilhados solidariamente por todos aqueles que deles participam” (CRUZ: 2006). Tal conceituação exclui, portanto, muitos empreendimentos que, adotando forma jurídica de “cooperativa”, mesmo assim não são parte da economia solidária; e inclui a outros que, não sendo juridicamente uma cooperativa funcionam como se fossem. Os distintos arranjos econômicos que compõem a economia solidária, então, são heterogêneos e incluem cooperativas, associações, grupos informais, clubes de trocas, bancos comunitários, empresas recuperadas por trabalhadores, companhias limitadas em que sócios e trabalhadores são as mesmas pessoas etc.

2 Esta é uma distinção comum utilizada no Brasil, reconhecida pelos próprios fóruns de economia solidária (incluindo o Fórum Brasileiro de Economia Solidária) e que tenta contemplar os diferentes tipos de atores envolvidos neste processo. Além daqueles que participam diretamente dos empreendimentos (como *empreendedores solidários* ou *trabalhadores associados*, como se queira), há uma presença importante de (a) *apoiadores* – instituições que prestam assessorias diversas ou trabalham com formação/educação junto aos empreendimentos (de modo geral são ONGs, mas instituições universitárias ou religiosas, ou movimentos sociais também são assim considerados), e (b) *gestores públicos* – organismos do poder executivo de qualquer um dos níveis governamentais (municipal, estadual ou federal) e que desenvolvem programas de fomento ou de apoio à economia solidária.

3 Uma vez que este texto não é dirigido a nenhuma especialidade científica específica, convém algum eventual

ortodoxos da corrente liberal (ou neoclássica), eles se separam quando se trata de discutir os limites e as possibilidades do capitalismo como um sistema econômico que seja social e ambientalmente viável. A confusão se completa, no Brasil de hoje e em outros países da América Latina (Uruguai, Argentina e Paraguai, por exemplo) pela necessidade política considerada pela maioria dos movimentos sociais, de defender governos que são sensíveis às suas demandas, mas que são ao mesmo tempo presa dos interesses do grande capital e que tem diante de si uma oposição liberal-conservadora sempre prestes a assaltar-lhe o poder (vejam-se as eleições presidenciais do Brasil e do Chile em 2010, por exemplo).

O resultado disso é que os setores críticos da sociedade se vêm enredados numa teia de contradições cada vez maior: têm consciência e criticam o capitalismo e sua lógica destruidora, mas acreditam que as políticas sociais e os arranjos macroeconômicos vigentes estão melhorando e vão melhorar ainda mais a vida dos mais pobres (independentemente do quanto elas melhoram a vida dos mais ricos...); reconhecem a estreita relação entre o grande capital global e o Estado contemporâneo, mas crêem que o *seu governo* tem o dom de submeter os interesses do capital às necessidades dos trabalhadores. Os mais informados comparam os números orçamentários destinados aos interesses do grande capital (juros da dívida pública, recursos para financiamento de grandes empresas, financiamento de grandes obras de infra-estrutura etc.) e aqueles destinados à área social: percebem o abismo que há entre uma coisa e outra, mas pensam que *é o melhor que se pode fazer nas atuais circunstâncias...*

A economia solidária como modo de produção⁴ subordinado à formação social capitalista

O modo de produção capitalista é bem anterior ao capitalismo, isto é, à formação social em que ele é predominante. Formas de propriedade privada dos meios de produção articuladas ao trabalho assalariado existiram desde a Antiguidade, mas só se tornaram amplamente predominantes no decurso da “era das revoluções burguesas”, concluída em meados do século XIX. Nos séculos anteriores, a economia capitalista esteve subordinada – na Europa, pelo menos – ao modo de produção feudal, que predominava amplamente, e que estruturava as relações sociais, econômicas, políticas e culturais durante o período do feudalismo clássico (séculos IX ao XIV, aproximadamente) e do feudalismo absolutista (séculos XV ao XVIII, aproximadamente) (DOBB, 1986; ANDERSON, 1989).

Assim, no século XIX, uma *formação social capitalista* sucedeu à *formação social feudal*, o que significa dizer que os distintos modos de produção que continuaram existindo ao longo e depois disto (formas variadas de comunismo primitivo, de escravidão, de servidão e de cooperação associativa) passaram a ser estruturados subordinadamente à lógica do capital, à medida que precisavam estabelecer relações de troca com a economia de mercado, ainda que internamente às suas unidades econômicas (comunidades originárias, fazendas escravocratas, regiões dominadas por relações de clientela feudal, cooperativas e comunidades autogeridas etc.) desenvolvessem formas de propriedade e relações sociais não-capitalistas. Como modos de produção subordinados, tiveram que se adaptar à nova formação social, uma vez que na era do feudalismo também estavam subordinados ao modo de produção predominante naquele período e com ele mantinham estreitas

esclarecimento teórico – neste caso, por exemplo, para os não-economistas. A “síntese neoclássica” – que eu acredito ser a corrente teórica amplamente predominante na ciência econômica atual – reúne elementos da teoria macroeconômica keynesiana e dos autores neoclássicos (Menger, Jevons, Walras, Marshall e seus seguidores contemporâneos). De modo ultra-simplificado, pode-se dizer que ela defende a idéia de manutenção do equilíbrio macroeconômico (uma heresia para os keynesianos “puros”) a partir da utilização de ferramentas de intervenção estatal (uma heresia para os neoclássicos “puros”): controle da taxa de juros, flutuação controlada da taxa de câmbio, com administração monetária e política fiscal severas.

4 A noção de *economia solidária como modo de produção não-capitalista* foi originalmente desenvolvida, com nuances conceituais diferenciadas, por Luis Razeto (1984) e por Paul Singer (2002). Da mesma forma, a apresentação que faço aqui guarda diferenças que considero sensíveis em relação a esses dois autores.

relações – este era o caso das comunas camponesas independentes, das guildas e corporações de ofício, das colônias escravagistas etc. (ANDERSON, *op.cit.*)

O que caracteriza o modo de produção capitalista e que estrutura toda a sua formação social é a lógica da acumulação ampliada do capital, que se centraliza e se concentra em função do processo de concorrência nos mercados, que por sua vez determina a necessidade de valorização crescente dos capitais mobilizados. Este processo é especialmente mediado pela revolução constante da tecnologia empregada, capaz de garantir saltos de produtividade do trabalho com a conseqüente redução dos custos e dos preços de mercado, ampliando permanentemente a taxa de exploração do trabalho, na tentativa infinita de cada firma capitalista superar as firmas concorrentes, mantendo-se “viva” no mercado (MARX, 1985).

Cento e cinquenta anos de capitalismo foram suficientes para que a dinâmica fundamental do sistema se deslocasse da concorrência entre firmas locais (uma empresa com quinhentos funcionários era uma “empresa gigante” na Inglaterra do começo do século XIX) para uma concorrência global, marcada por movimentações de capital e por estratégias de investimento planejadas a nível planetário, por oligopólios mundiais (HARVEY, 1993; CHESNAIS, 1996).

Isto nos leva a dizer, por exemplo, que os cerca de dois milhões de associados a empreendimentos de economia solidária (EES) no Brasil, identificados pelo SIES/SENAES/MTE⁵ no levantamento de 2005/2006 representavam algo em torno de 2 a 2,5% do contingente de ocupados; mas considerando-se a média dos rendimentos dos trabalhadores dos EES (um salário mínimo mensal), isto significaria menos que 0,5% da massa de rendimentos do trabalho (somando-se assalariados, autônomos e associados) e que o “PIB da economia solidária”, se pudesse ser medido, seria contado com dois dígitos após a vírgula.

Evidentemente, esses números não me causam nenhum impacto “negativo” em relação à economia solidária – caso contrário eu não continuaria pesquisando e trabalhando com os empreendimentos com os quais me relaciono. O valor social da economia solidária não se mede em unidades monetárias, não é esta a questão. Mas esses números nos ajudam a situar o problema mais importante e fundamental deste texto, que repito: qual a perspectiva dos empreendimentos de economia solidária para o futuro? Qual a perspectiva da própria economia solidária (como conceito e como fenômeno sócio-econômico) continuar existindo como uma alternativa viável de inserção econômica dos trabalhadores mais pobres? Qual a expectativa dos sujeitos coletivos que conformam a economia solidária de que ela venha a generalizar-se como um modo de produção que estruture e ordene uma nova formação social?

Em outras palavras: se o desempenho econômico dos EES não é a questão *mais* importante, ele também não é a *menos* importante, pois sem que os empreendimentos se viabilizem economicamente eles simplesmente deixarão de existir. E o que é muito importante perceber: na enorme maioria dos casos esta viabilidade precisa consolidar-se em meio à concorrência capitalista.

Respostas simplistas do tipo “se a economia solidária existe é porque ela contraria esta lógica” não me convencem, porque todos aqueles que estão realmente vinculados ao dia-a-dia dos empreendimentos sabem de todas as dificuldades, todos os sacrifícios, de todos os problemas que significa manter em funcionamento um EES que é fustigado quotidianamente pela concorrência capitalista, pelas condições desvantajosas de acesso ao crédito, pelas dificuldades crescentes impostas pela legislação cada vez mais restritiva e, finalmente, pela correta e justa exigência crítica dos consumidores conscientes.

Da mesma forma, a idéia da existência de uma “economia plural”, defendida por vários e

⁵ Sistema de Informações de Economia Solidária, da Secretaria Nacional de Economia Solidária, do Ministério do Trabalho e Emprego, do Governo Federal brasileiro. O SIES/SENAES/MTE é um programa de pesquisa de tipo recenseamento econômico-social, executado por instituições especialmente selecionadas e contratadas para isto, que busca identificar e estudar os empreendimentos de economia solidária no Brasil.

respeitados colegas, não me parece alcançar fundamento na realidade concreta dos empreendimentos. A economia capitalista – como afirmam os próprios capitalistas – é uma selva onde todos estão prestes a serem devorados. A lógica da acumulação de capital leva à concentração crescente, que é algo que não se opera apenas na esfera da concorrência de preços, quantidades e qualidades; ela se opera também através das estratégias políticas de *lobby* por privilégios junto a Estado – açambarcando o máximo possível de fundos públicos – e, finalmente, por estratégias culturais de captura dos desejos de consumo da massa dos cidadãos. É até possível que os sujeitos coletivos da economia solidária acreditem numa “convivência pacífica” com o capitalismo, mas convém estar atento para o fato de que os capitalistas não compartilham dessa crença⁶.

Penso que só podemos falar de uma “economia plural” no mesmo sentido que Marx falava de *formações sociais* – a coexistência de vários modos de produção num dado período histórico e num dado espaço geográfico, mas sob permanente conflito e sob a hegemonia de um deles. Todos os que atuam na economia solidária sabem que, ainda que a forma de propriedade e as relações sociais no interior de um EES sejam não-capitalistas e sim-solidárias, os empreendimentos estão obrigados a estabelecer relações de concorrência capitalista com firmas capitalistas e muitas vezes até mesmo com outros EES. Isto vale para cooperativas e redes de produtores agroecológicos, para empreendimentos de seleção e reciclagem de resíduos sólidos, para empresas recuperadas, para cooperativas populares de produção urbana associada e até mesmo para empreendimentos de crédito solidário: cada um desses coletivos está obrigado a dividir sua atenção em três focos distintos – os dois primeiros valem para qualquer firma que atue num mercado capitalista e o terceiro foco é próprio dos EES. São eles: (i) seu equilíbrio financeiro (incluindo aí sua capacidade de investimento futuro); (ii) o comportamento das firmas concorrentes; (iii) o esforço permanente para que o conjunto dos associados participe e se comprometa com os objetivos e com as decisões construídas coletivamente.

Portanto, se queremos responder às perguntas iniciais, parece desde já importante compreender a dinâmica da concorrência capitalista sob mercados globalizados (ou “mundialmente oligopolizados”, se preferirmos a expressão) e o papel e os limites das pequenas e médias empresas e dos EES neste cenário. E parece igualmente crucial compreender a dinâmica específica das organizações autogestionárias, nas suas relações micro-políticas, para a construção de um modelo de sociedade compatível com os valores da economia solidária.

Esta microeconomia e esta micro-política dos empreendimentos, por outro lado, vincula-se dialeticamente a uma economia política da economia solidária: 1º) porque o êxito econômico dos empreendimentos depende em boa parte da capacidade do movimento da economia solidária organizar-se para confrontar as pressões econômicas, políticas e culturais das firmas capitalistas; 2º) porque sem um projeto de sociedade compatível com os princípios da economia solidária, qualquer êxito econômico será sempre instável enquanto o modo de produção capitalista continuar a estruturar as relações sociais mais gerais.

De qualquer forma, trata-se de estudar – eliminando aqui muitos pré-conceitos teóricos – a dinâmica dos processos de passagem de uma formação social a outra, inquirindo-nos sobre as possibilidades e os limites da economia solidária neste processo.

Smith, Marx e a acumulação primitiva de capital

Um dos primeiros autores a tentar explicar a formação do modo de produção capitalista

⁶ Muitos projetos de responsabilidade social desenvolvidos por fundações e institutos mantidos por empresas capitalistas parecem contrariar esta avaliação, apoiando o surgimento de EES. Nenhum desses projetos, entretanto, está disposto a financiar empreendimentos no mesmo segmento de mercado da empresa patrocinadora, a menos que – o que, de fato, não é incomum – o EES coloque-se de forma claramente subordinada aos seus interesses econômicos. Na grande maioria das vezes, trata-se de aportes limitados que visam apenas melhorar a imagem pública da empresa, desgastada por sua atuação agressiva no mercado.

(embora, é claro, não tenha usado essa expressão) foi Adam Smith, na segunda metade do século XVIII. Em seu capítulo sobre “a natureza, o acúmulo e o emprego do capital” (no livro segundo de *A riqueza das nações*), ele esclarecia que uma maior produção advinda de uma maior divisão do trabalho só era possível mediante uma “acumulação prévia de capital”, isto é: uma riqueza material suficientemente acumulada nas mãos de alguém, que fosse capaz de ser imobilizada na forma de insumos, ferramentas e pagamento de mão-de-obra, durante o tempo necessário para que se realizasse a produção em todas as suas etapas, e às vezes em vários ciclos, até que aquele capital originalmente invertido retornasse às mãos de seu proprietário. A seguir, ele argumenta que o trabalho duro dos artesãos nas cidades e dos rendeiros e pequenos proprietários no campo permitiram a acumulação prévia de capital necessária para o surgimento da manufatura e para o desenvolvimento do comércio exterior. Segundo ele, estas classes disciplinadas, livres e laboriosas foram atacadas politicamente pelos grandes proprietários de terras, arrendatários poderosos, acostumados a usufruir de uma renda que não era resultado de seu trabalho (Smith, 1983: p. 243-244).

É interessante notar, entretanto, que Smith relaciona esta acumulação de capital, que se opera na esfera objetiva/econômica do processo social, a outra transformação, de caráter subjetivo/ideológico:

(...) O comércio e as manufaturas introduziram gradualmente a ordem e a boa administração e, com elas, a liberdade e a segurança dos indivíduos, entre os habitantes do campo, que até então haviam vivido mais ou menos um estado contínuo de guerra com os vizinhos, e de dependência servil em relação a seus superiores. Embora esse fator seja o último aqui apontado, é sem dúvida o mais importante de todos. (SMITH, 1983: p. 346)

O célebre capítulo de *O capital*, de Marx, sobre a acumulação primitiva de capital, concorda com Smith sobre a necessidade de uma acumulação prévia (*previous accumulation* era a expressão usada por Smith) para que pudessem existir relações sociais de produção capitalistas, mas sobretudo Marx sublinha o fato de que, para que uma sociedade capitalista pudesse emergir, era necessário que esta acumulação se operasse numa escala muito maior e de forma geral num determinado território.

Os meios através dos quais a burguesia pôde realizar esse intento foram vários e, na concepção histórica de Marx, estavam longe de representar aquele processo lento, persistente e laborioso descrito por Smith. A acumulação primitiva de capital (ou seja: a acumulação prévia realizada em escala social) foi o resultado de um processo histórico longo, de fato, mas especialmente violento. Segundo Marx, ela teria ocorrido durante o período do feudalismo absolutista, no qual a burguesia comercial inglesa teria sido amplamente favorecida pela Coroa, interessada em recolher impostos para garantir o financiamento de suas guerras. Desse processo fizeram parte: a transformação das propriedades feudais em propriedades privadas⁸ e a conseqüente expulsão da mão de obra camponesa excedente (os famosos *enclosures*); a perseguição legal contra os desempregados originados do cercamento dos campos (leis contra a “vagabundagem”) e a proibição

7 Trata-se de um capítulo intitulado “De que maneira o comércio das cidades contribuiu para o progresso do campo”, e Smith cita anteriormente a expansão do mercado dos produtos agrícolas no meio urbano e a propensão dos comerciantes a poupar e investir ao invés de simplesmente gastar (que seria um hábito típico dos aristocratas).

8 No direito feudal, a vinculação dos servos à terra era um direito e um dever. Eles não podiam deixar as propriedades sem a permissão do senhor, e tampouco serem expulsos sem uma justificativa de ordem legal (pelo cometimento de um roubo ou de outro crime, por exemplo). Ao senhor, por outro lado, não estava permitida a compra ou venda da terra, que só podia ser adquirida por herança, por doação ou por meios violentos ideologicamente justificados. Isto explica a sociedade de intrigas que era característica dos meios aristocráticos, onde casamentos e alianças militares ocupavam boa parte do “tempo de trabalho” da nobreza (DOBB, *op. cit.*).

de formação de associações de trabalhadores, o que levou ao rebaixamento sistemático dos salários; a expropriação e privatização das terras da Igreja Católica através da Reforma Protestante operada por Henrique VIII; a exploração comercial e muitas vezes a pilhagem pura e simples sobre os territórios coloniais; o comércio de escravos operado pelos mercadores ingleses entre a África e as colônias americanas; e finalmente, a expropriação dos próprios produtores autônomos (a pequena burguesia das vilas e cidades) através da crescente dependência desses trabalhadores em relação aos detentores do capital comercial.

Sua destruição [*do modo de produção feudal*], a transformação dos meios de produção individuais e parcelados em socialmente concentrados, portanto da propriedade minúscula de muitos em propriedades gigantescas de poucos, portanto a expropriação da grande massa da população de base fundiária, de seus meios de subsistência e instrumentos de trabalho, essa terrível e difícil expropriação da massa do povo constitui a pré-história do capital. Ela compreende uma série de métodos violentos, dos quais passamos em revista apenas aqueles que fizeram época como métodos de acumulação primitiva de capital. A expropriação dos produtores diretos é realizada com o mais implacável vandalismo e sob o impulso das paixões mais sujas, mais infames e mais mesquinamente odiosas. A propriedade privada, obtida com trabalho próprio, baseada, por assim dizer, na fusão do trabalhador individual isolado e independente com suas condições de trabalho, é deslocada pela propriedade privada capitalista, a qual se baseia na exploração do trabalho alheio, mas formalmente livre. (MARX: 1985, p. 293)

Segundo Marx, à acumulação primitiva de capital seguiu-se a acumulação de capital em sua forma típica, a que já fizemos referência mais acima: acumulação crescente através da valorização do capital pelo trabalho alienado (extração de mais-valia), em processo permanente de concorrência inter-capitalista, mediada pelo avanço da tecnologia.

Da mesma forma que Smith, mas sob outro ângulo, Marx também ressalta as conquistas da ciência e dos novos valores da nova sociedade. Em textos diversos (especialmente no Manifesto Comunista, mas em outros também), ele e Engels mencionaram o duplo caráter construtivo/destrutivo da hegemonia do novo modo de produção. Aparentemente, em *O Capital*, Marx não dedicou nenhuma parte especial à mudança de mentalidade ocorrida sob o capitalismo, embora eu acredite (como muitos) que, em essência, a obra inteira tratava desta questão, como algo intrínseco ao movimento econômico do capital. No próprio capítulo sobre a acumulação primitiva, ele afirmava:

Na Europa ocidental, a terra natal da economia política, o processo de acumulação primitiva está mais ou menos completado. O regime capitalista aqui ou submeteu diretamente toda a produção nacional ou, onde as condições estão menos desenvolvidas, controla pelo menos indiretamente aquelas camadas sociais decadentes que pertencem ao modo de produção arcaico [*feudal*] que continua existindo a seu lado. Sobre esse mundo já pronto do capital, o economista político aplica com zelo tanto mais ansioso e com unção tanto maior as concepções de direito e de propriedade do mundo pré-capitalista quanto mais claramente os fatos negam sua ideologia. (MARX: 1985, p. 295)

Entretanto, como sublinhava o próprio Marx, tão logo a acumulação primitiva de capital cumpriu a sua missão, os trabalhadores assalariados, os pequenos camponeses e os pobres de modo geral começaram a se perguntar sobre como poderiam superar aquela forma de sociedade...

Preobrazhensky e a acumulação primitiva socialista

Quando os conselhos (*soviets*) de operários, camponeses e soldados sustentaram a revolução dirigida pela fração majoritária (*bolchevique*) do Partido Operário Social-Democrata Russo, em outubro de 1917, o debate sobre como se realizaria o processo de transição do capitalismo ao socialismo já durava pelo menos 60 anos na Europa. Parte dessa discussão havia sido travada entre anarquistas e comunistas, influenciados pelos escritos de Proudhon e de Bakunin (de um lado) e de Marx e Engels (de outro), acompanhados por um sem-número de outros autores, mais próximos ou mais distantes dos dois pólos que disputavam a hegemonia do debate.

A história dos anos “heróicos” da revolução soviética, de 1917 até o final da década de 1920, pode ser contada em torno da história do debate sobre os meios e os ritmos que o estado soviético deveria adotar para garantir a transição de uma formação social hegemônica pelo modo de produção capitalista, a outra, hegemônica pelo modo de produção socialista.

Os primeiros capítulos desta história estão vinculados às idas e vindas da política de socialização, lideradas até 1924 por Lênin, mas discutidas e formuladas por um conjunto de revolucionários e intelectuais da direção bolchevique. Nicolai Bukárin era considerado o principal economista desse grupo. A seu lado trabalhava, no começo dos anos 20, Evgueni Preobrazhensky, que mais tarde se tornaria um dos principais aliados de Trotsky em sua luta contra Stálin e o próprio Bukárin.

As condições econômicas na Rússia, no começo dos anos 20 beiravam o caos. Depois de quase quatro anos desastrosos de guerra com a Alemanha, seguiu-se à revolução e ao armistício mais três anos de guerra civil. Entre 1918 e 1921 prevaleceu o chamado “comunismo de guerra”: um esforço total de sustentação das tropas do exército vermelho que combatiam aos partidários do antigo regime. Toda produção do setor estatal estava voltada para este objetivo: as “requisições de guerra” aos produtores privados eram constantes (por parte de ambos os exércitos em luta) e havia tentativas variadas de controle da produção por parte dos representantes do Estado até mesmo nas pequenas e distantes aldeias.

Em 1921, ao final da guerra civil, a economia da Rússia estava arrasada: a produção de bens e serviços havia retrocedido aos níveis dos primeiros anos do século. A falta de quadros técnicos e de maquinário adequado à produção industrial e a desconfiança dos camponeses gerada pelas sucessivas requisições de guerra obrigou o governo a reintroduzir mecanismos de mercado que haviam sido suprimidos durante aqueles primeiros anos. A falta de quadros técnicos levou ao retorno da administração centralizada das empresas (que embora estatais, voltaram a ser dirigidas exclusivamente por administradores e engenheiros com salários bastante privilegiados em relação aos trabalhadores). A Nova Política Econômica (NEP)⁹ anunciada naquele mesmo ano, objetivava explicitamente retomar a acumulação primitiva de capital a partir do estímulo ao livre mercado dos produtos agrícolas.

A nação governada pelo partido de Lênin estava numa situação próxima da dissolução. As bases materiais de sua existência foram destroçadas. Basta lembrar que ao fim da guerra civil a renda nacional russa era de apenas um terço de sua renda em 1913; que a indústria produzia menos de um quinto das mercadorias de antes da guerra (...). Sua finalidade [*da NEP*] imediata era induzir os camponeses a vender alimento do interior para a cidade, de produtor para o consumidor. (DEUTSCHER, 1984: p. 15)

Para evitar que os privilégios concedidos à classe média (urbana e rural) levasse à formação de uma oposição ao regime, o Estado anunciou também que a liberalização econômica da NEP seria

⁹ Em russo: *Novaya Ekonomiceskaya Politika* – daí a sigla invertida, comum nas versões da literatura histórica em português: NEP (ao invés do uso direto da sigla – “NPE”).

acompanhada de um estreitamento das liberdades políticas, o que levou à proibição dos partidos políticos, à exceção do próprio partido bolchevique – o PCUS (ou até mesmo de correntes internas organizadas no seu interior).

A NEP produziu resultados importantes. Em 1924 a produção agrícola estava próxima de atingir os níveis do período imediatamente anterior à guerra, mas a possibilidade de desabastecimento e fome – sobretudo nos períodos de inverno – continuava preocupante. Por outro lado, a direção do Estado soviético tinha cada vez mais presente a idéia de que a acumulação de capital em mãos privadas, ocorrido durante a NEP, havia produzido o crescimento econômico e o ressurgimento político dos médios e grandes proprietários de terras, que seguramente se oporiam à retomada do processo de socialização da economia. Aliás, uma parte fundamental da socialização dizia respeito à coletivização agrária, apontado por quase todos da direção bolchevique como a única saída para uma ampliação rápida da produção agrícola, capaz de gerar os excedentes econômicos necessários para o salto industrial que garantiria, por sua vez, a consolidação do socialismo e os meios de defesa necessários ao ameaçado estado soviético¹⁰.

Inicia-se, então, um novo e crucial debate: o que fazer depois da NEP? Com a morte de Lênin, em 1924, a luta pelo poder interno do partido e do Estado misturou-se ao debate teórico sobre a continuidade das transformações. Os últimos escritos de Lênin – gravemente doente e exasperado pela incompletude do processo que havia liderado – indicavam, em linhas gerais, o seu pensamento. Em maio de 1923, ele publicou no jornal oficial do partido um artigo intitulado “Sobre a cooperação.” Ele afirmava:

Parece que não prestamos suficiente atenção à cooperação. É pouco provável que todos compreendam que agora, a partir da Revolução de Outubro e independentemente da NEP (pelo contrário, neste sentido dever-se-ia dizer: precisamente graças à NEP), a cooperação adquire no nosso país uma importância verdadeiramente excepcional. Nos sonhos dos velhos cooperadores há muito de fantasia. Frequentemente são ridículos porque fantásticos. Mas em que é que consiste o seu caráter fantástico? Em que as pessoas não compreendem a importância fundamental, essencial, da luta política da classe operária para derrubar o domínio dos exploradores. Atualmente no nosso país esse derrubamento já se verificou, e muito daquilo que era fantástico, mesmo romântico e mesmo trivial nos sonhos dos velhos cooperadores, torna-se uma realidade não disfarçada. (...)

Conseguindo a máxima cooperativização da população, realiza-se por si mesmo aquele socialismo que anteriormente suscitava legítimas zombarias, sorrisos e uma atitude de desprezo por parte daqueles que estavam justamente convencidos da necessidade da luta de classes, da luta pelo poder político etc.” (LÊNIN, 1980: p. 657).

É a partir desse momento que ganha força a idéia já anteriormente defendida por Trotsky (em 1921-22), mas que seria desenvolvida como conceito por Evgueni Preobrazhensky em diversos artigos nos jornais do partido, e finalmente compilada em seu livro de 1926, *A nova economia*, onde ele afirmava a necessidade de planificação econômica com vistas a uma *acumulação primitiva socialista*¹¹.

10 Quanto a isto, certamente não se tratava de nenhuma paranóia bolchevique, pois Inglaterra, França e Estados Unidos haviam colaborado com a oposição (“exército branco”) durante a guerra civil, destinando recursos ao seu financiamento. Além disso, esses países lideravam o bloqueio econômico contra a URSS, que só foi rompido – parcialmente – com a chegada dos social-democratas alemães ao governo, em 1924. (DEUTSCHER: *op. cit.*)

11 Preobrazhensky atribui a formulação do conceito a outro economista marxista russo: Vladimir Smirnov.

Em analogia ao processo descrito por Marx sobre a origem do capitalismo, Preobrazhensky partia da situação dual da economia soviética dos anos 20, pós-NEP: de um lado, a existência de uma ampla parcela da economia em que predominavam as relações sociais de produção capitalistas, especialmente a produção agrícola e a produção industrial de pequena escala; de outro lado, um setor público estatal, que dominava a grande indústria, a produção de bens e serviços intermediários (energia, transporte, insumos para industrialização), o setor financeiro, a comercialização em grande escala e o comércio exterior, e que ele considerava como o “setor socialista” da economia soviética¹².

Por *acumulação socialista* entendemos a sujeição dos meios de produção em função da sobre-produção que se cria no interior da economia socialista uma vez formada e que não servirá a uma distribuição suplementar entre os agentes da produção socialista e o Estado socialista, senão que é empregado na reprodução ampliada. Ao contrário, qualificamos como *acumulação primitiva socialista* à acumulação em mãos do Estado dos recursos materiais obtidos principal ou simultaneamente de fontes situadas fora do complexo da economia de Estado. Esta acumulação deve desempenhar, em um país agricolamente atrasado, um papel de importância colossal, acelerando em um grau imenso a chegada do momento em que começará a reedificação da economia de Estado e em que esta economia terá, por fim, a supremacia puramente econômica sobre o capitalismo. (PREOBRAZHENSKY, 1976: p. 98).

Seguindo a leitura de Marx feita pela ala esquerda da II Internacional (Rosa Luxemburgo, Lênin, Pannekoek, Karl Libknecht etc.), Preobrazhensky fazia uma distinção importante entre o processo histórico das revoluções burguesas/capitalistas e das revoluções operárias/socialistas: “as revoluções burguesas começaram depois que o capitalismo realizou um trabalho importante de elaboração de seu sistema no campo da economia (...); o sistema socialista, ao contrário, começa sua cronologia com a tomada do poder pelo proletariado.” (*op. cit.*, p. 94). Assim nasceria, segundo ele, outra distinção, igualmente fundamental, entre as duas formas de acumulação primitiva: “a acumulação primitiva capitalista pôde realizar-se sobre a base do feudalismo, enquanto a acumulação primitiva socialista não pode ter lugar sobre a base do capitalismo.” (*idem*, p. 95).

Assim como a acumulação primitiva capitalista havia expropriado por meios diversos os pequenos camponeses e os produtores independentes – das fronteiras internas e das colônias dos impérios absolutistas – durante os séculos que precederam às revoluções burguesas, o Estado socialista deveria organizar a expropriação dos capitalistas através de mecanismos legais que permitissem que parte significativa dos excedentes gerados na economia de mercado fosse transferida ao setor socialista da economia. Os principais mecanismos desse processo deveriam ser a coletivização agrária, o sistema diferenciado de impostos, os mecanismos de financiamento privilegiado do setor estatal e, especialmente, a administração dos preços – que deveriam garantir uma troca desigual de quantidades de trabalho entre setor capitalista e setor socialista, em favor deste último. Em contrapartida, o ritmo deste processo não deveria desalentar a produção agrícola

12 Concordando plenamente com Lênin, Preobrazhensky considerava o setor cooperativo como parte também do setor socialista, mas apenas por força da revolução socialista já realizada. “A cooperação não adquire uma importância particular senão depois da revolução socialista e especialmente em um país como a URSS. (...) Sob o capitalismo, como temos dito, a cooperação não pode existir senão adaptando-se à lei do mercado. Convertendo-se inevitavelmente, com nosso sistema, em arena de luta das duas leis fundamentais de nossa economia [*a lei do mercado e a lei da acumulação primitiva socialista*] (...). [*Sob a lei de mercado*] a cooperação não pode desempenhar um papel socialista senão na medida em que constitui um degrau do sistema que evolui em direção ao socialismo *sobre a base de suas próprias forças e suas próprias tendências internas*. Este sistema é a economia de Estado do proletariado (...). Por seu tipo social de organização, a cooperação está mais próxima do tipo coletivo de organização do trabalho. Neste sentido, o fato de que nas condições soviéticas se una à economia de Estado constitui um processo mais natural que sua orientação ao capital privado (PREOBRAZHENSKY: *op. cit.*, pp. 215-216).

(portanto, nem os preços deveriam ser demasiadamente baixos, nem o processo de coletivização deveria ser forçado) e, ao contrário, deveria estimular a produção industrial através de incrementos sucessivos dos salários dos trabalhadores do setor socialista. Por fim: era necessário ampliar as liberdades democráticas a fim de dar expressão às diferentes ansiedades produzidas no interior da classe trabalhadora, diminuindo o poder da burocracia e reconstituindo a organização dos conselhos (*soviets*).

Stálin, em sua luta pelo poder, rechaçou as proposições de Preobrazhensky, que era um dos principais colaboradores de Trotsky¹³. Nos anos 1930 Stálin adotou de forma ultra-radical os princípios teóricos de Preobrazhensky, mas purgando-os de qualquer elemento democrático. Assim, as políticas de “coletivização forçada” e de “crescimento industrial acelerado”, apoiadas nos Planos Quinquenais de Desenvolvimento, transformaram a União Soviética economicamente o suficiente para derrotar a Alemanha nazista e sair da II Guerra como a segunda maior potência econômica e militar do mundo. Isto foi feito, porém, à revelia da vontade dos camponeses ou dos cidadãos soviéticos. Os conflitos gerados levaram à morte de centenas de milhares de pessoas (alguns calculam milhões), fosse pela repressão política, fosse pela desorganização econômica decorrente do próprio processo.

A acumulação primitiva socialista, sob a direção de Stálin, acabou reeditando a violência e a miséria geradas pela acumulação capitalista primitiva para, em seqüência, e repetindo-a mais uma vez, consolidar-se num modelo econômico parcialmente exitoso, mas repleto de contradições. Por exemplo, se é verdade que o progresso tecnológico da URSS, durante muitos anos, acompanhou de perto o progresso tecnológico capitalista, também é verdade que a destruição ambiental produzida no território da antiga URSS só pode ser comparada à destruição ambiental produzida pelo capitalismo ocidental. Ao mesmo tempo em que as condições econômicas da maioria da população soviética melhoraram radicalmente num período de poucas décadas (como talvez tenha acontecido nos anos dourados do *welfare-state* dos países centrais do capitalismo), também é verdade que as prisões, mortes e torturas “socialistas” podem rivalizar com as prisões, mortes e torturas das ditaduras militares dos países periféricos, vivamente apoiadas pelo capitalismo (tanto pelos grandes oligopólios internacionais quanto pelos Estados que lhes representam).

A partir da década de 1970 o modelo soviético caminhou paulatinamente para a estagnação econômica e, finalmente, para sua dissolução. Não podemos discutir aqui, em detalhe, as causas deste processo. Mas agora, vinte anos depois da “queda do muro”, me parece ainda mais evidente (e à época dos acontecimentos eu já pensava assim) que nenhum modelo econômico em que os produtores diretos estejam alienados do controle sobre seu trabalho, sobre suas vidas e sobre sua sociedade – enfim, onde o Estado continue sendo um instrumento de poder de poucos contra muitos –, pode reivindicar-se como “socialista”.

Pode existir uma *acumulação primitiva solidária*?

Se admitirmos que a palavra “socialismo” corresponde a um modelo de sociedade como o da ex-URSS, em que a economia era gerida pelo Estado e no qual o Estado continua separado da

13 O destino de Preobrazhensky, como de resto de todos os bolcheviques que se opuseram a Stálin, foi trágico. Combatido teoricamente por Bukárin (aliado de Stálin), Preobrazhensky foi “exilado internamente” (na Sibéria), em 1927, enquanto Trotsky era expulso da União Soviética. Acreditando que Stálin havia adotado o programa da oposição (socialização através da acumulação primitiva socialista etc.), propôs uma reconciliação e foi readmitido no Partido Comunista em 1929. Tomando ciência sobre o que estava acontecendo, voltou a criticar os rumos da economia soviética e outra vez foi mandado ao “exílio” em 1931. Chantageado e ameaçado (a si e sua família), foi reincorporado ao partido em 1934 mediante uma “autocrítica” pública. No ano seguinte foi preso junto com outros acusados de “conspiração”. Preso, foi novamente chantageado durante os famosos “processos de Moscou”, sendo obrigado a testemunhar contra Zinoviév, que havia sido um dos principais líderes bolcheviques. Em 1937, após se negar a “confessar seus crimes”, Preobrazhensky foi fuzilado. Bukárin, o principal aliado de Stálin na luta teórica contra Trotsky e Preobrazhensky morreu da mesma maneira, apenas um ano depois.

sociedade por relações de poder marcadas pela subordinação dos cidadãos comuns às superestruturas políticas, então teremos que admitir que a acumulação primitiva socialista (isto é, o regime de acumulação¹⁴ que ela representa) só poderia iniciar-se, de fato, após a tomada do poder pelos partidários desse projeto, independentemente do processo que lhe dê início – seja um golpe de estado, seja uma revolução de milhões (e talvez por isto seja tão difícil qualificar o modelo econômico e social da China contemporânea, que muitos capitalistas defendem com tanta veemência, ainda que conduzido por um partido comunista monolítico e autocrático, que chego ao poder por meio de uma revolução de massas há muitas décadas atrás...).

Se admitirmos, por outro lado, que a palavra “socialismo” não se aplicava à URSS – tanto quanto a palavra “democracia” não se aplica às sociedades capitalistas ocidentais ou que “cristianismo” não se aplicava à Igreja Católica à época da Santa Inquisição – então teríamos que rediscutir o conceito de socialismo e afirmar, então, que a acumulação primitiva socialista iniciou muito antes da revolução bolchevique, em muitas partes do mundo, mas especialmente na Europa ocidental, através do desenvolvimento simultâneo do cooperativismo, do sindicalismo e do movimento socialista em geral.

A fim de evitar uma discussão semântica, me arrisco apenas a propor um consenso em torno do que já foi afirmado mais acima: que as formas solidárias/associativas/cooperativas de produção e consumo estruturam-se a partir de formas de propriedade e de relações sociais de produção não-capitalistas – e são, portanto, experiências vinculadas a um modo de produção não-capitalista, subordinadas dentro da formação social capitalista. Tal situação, então, seria análoga à situação dos empreendimentos capitalistas sob a formação social feudal. Mas, neste caso, então, poderíamos falar de uma acumulação primitiva solidária?

No conceito de Marx, a acumulação primitiva de capital produziu-se a partir dos elementos liberados pela decomposição do sistema feudal: a privatização da terra, o financiamento público, a liberalização dos trabalhadores (disseminação do trabalho assalariado), a exploração direta das riquezas coloniais a partir de um sistema de preços de monopólio etc. (veja-se a epígrafe do presente trabalho). Na formulação de Preobrazhensky, a acumulação primitiva socialista *não* se produziu a partir da decomposição do capitalismo, mas a partir de uma nova correlação de forças políticas, dada pelo novo poder de Estado.

O resultado do processo descrito por Marx foi o empoderamento progressivo da burguesia, que construiu um poder econômico crescente em meio à formação social feudal, produzindo valores e formas próprias de religião, de filosofia, de política (enfim, de ideologia) e, finalmente, de ciência e tecnologia, num processo histórico de séculos cujo resultado foi a transição final da formação social feudal à formação social capitalista. A perspectiva de Preobrazhensky, de fato, não fazia mais que reproduzir a perspectiva diversas vezes manifestada por Marx para a transição do capitalismo ao socialismo: pela primeira vez os explorados revolucionariam a superestrutura, primeiro, e a partir dela, revolucionariam a infra-estrutura da sociedade. Ou seja, Marx propunha uma exceção histórica ao seu próprio método. O resultado do processo previsto (mas não descrito) por Preobrazhensky foi a constituição de um Estado planificador, autônomo em relação à classe social que dizia representar e

14 “Um regime de acumulação ‘descreve a estabilização, por um longo período, da alocação do produto líquido entre consumo e acumulação; ele implica alguma correspondência entre a transformação tanto das condições de produção como das condições de reprodução da força dos assalariados’. Um sistema particular de acumulação pode existir porque ‘seu esquema de reprodução é coerente’. O problema, no entanto, é fazer os comportamentos de todo tipo de indivíduos – capitalistas, trabalhadores, funcionários públicos, financistas e todas as outras espécies de agentes político-econômicos – assumirem alguma modalidade de configuração que mantenha o regime de acumulação funcionando. Tem de haver, portanto, ‘uma materialização do regime de acumulação, que toma a forma de normas, hábitos, leis, redes de regulamentação etc. que garantem a unidade do processo, isto é, a consistência apropriada entre comportamentos individuais e o esquema de reprodução. Esse corpo de regras e processos sociais interiorizados tem o nome de *modo de regulamentação*’”. (HARVEY, 1993: p. 118)

dominado por uma burocracia estatal com interesses próprios.

E como nasce a economia solidária? Ouso dizer: da decomposição da estrutura do capitalismo contemporâneo – o que a torna distinta do cooperativismo do século XIX, que constituiu, por assim dizer, a pré-história da economia solidária. A economia solidária do século XXI nasceu da incapacidade crescente do capitalismo mundializado de seguir incorporando ao regime assalariado um número crescente de trabalhadores, bem como de reproduzir-se no longo prazo sem afetar drasticamente as condições naturais de vida no planeta. Estas limitações, por sua vez, se combinaram à disseminação crescente de valores sociais avessos às ideologias do capitalismo e que foram gestados no longo processo de lutas e de experiências da classe trabalhadora¹⁵.

Em que pesem as muitas virtudes da formulação de Preobrazhensky¹⁶, ele de fato ignorou a necessidade que tem um modo de produção subordinado, numa dada formação social (ou num “sistema econômico”, como ele preferiria dizer), se quiser aspirar à condição de modo de produção hegemônico, de acumular não só meios econômicos (de produção, de circulação, de consumo e de financiamento), mas também sua necessidade de acumular potencialidades político-ideológicas, construindo seu próprio regime de acumulação e desenvolvendo formas próprias de conhecimento, de exercício político, de ciência e tecnologia etc. Ele acreditava que a vitória dos bolcheviques era o testemunho de que a classe trabalhadora russa já havia atingido a consciência de classe necessária para que se erigisse uma nova formação social, mas a história provou o contrário: a grande massa dos camponeses e dos trabalhadores não tinha experiência suficiente para organizar as unidades econômicas (de produção, de consumo etc.) de forma coletiva, e muito menos para pensar a economia de um país a partir de suas próprias experiências associativas, que ao tempo dos *soviets* não existiam ou existiam de forma muito incipiente¹⁷. Transferir a experiência política à esfera econômica, isto é, esperar que a organização política dos trabalhadores fosse suficiente para a gestão econômica das empresas e dos mecanismos econômicos de modo geral, foi um erro que custou caro à revolução soviética.

A noção de *acumulação primitiva solidária* poderia ser usada talvez para descrever um processo em curso a muitas décadas nos países centrais e nas últimas décadas nos países periféricos: os EES vêm lentamente acumulando *capital econômico* a partir de suas relações com o mercado capitalista e acumulam *capital social*¹⁸ a partir de suas múltiplas e heterogêneas experiências. É

15 Muitos autores vêm estudando o aprofundamento das contradições do capitalismo em sua fase contemporânea e seus efeitos históricos. Para uma análise particularmente aguda e abrangente recomendo *Para além do capital* (MÉZÁROS, 2002).

16 Como destacou Ernest Mandel na introdução da edição aqui utilizada de *A nova economia*, a discussão proposta por Preobazhensky antecipou em décadas o debate sobre a industrialização dos países periféricos, desenvolvida, por exemplo, pela CEPAL (Comissão Econômica para América Latina) nos anos de 1950/60. Por outro lado, uma das teses centrais do livro é a existência de uma “*lei da acumulação primitiva socialista*”, que atuaria em oposição à “*lei do mercado*” – uma formulação teórica bastante controversa e com a qual não tenho nenhuma concordância.

17 Lênin, em 1919 pelo menos, acreditava que as comunas camponesas (os “artéis”) que haviam se formado a partir da dissolução dos laços feudais na Rússia do século XIX poderiam, de alguma forma, constituir o embrião de um desenvolvimento agrário de tipo socialista: “Apercebemo-nos perfeitamente de que só gradualmente, com prudência, só através do exemplo prático e oportuno se pode influir sobre os milhões de pequenas explorações camponesas, porque os camponeses são homens práticos, com um apego demasiado forte à velha exploração agrícola, para aceitarem quaisquer mudanças importantes apenas com base em conselhos e indicações de livros. (...) Só quando tivermos provado na prática, com base numa experiência acessível aos camponeses, que a passagem à agricultura em cooperativas e artéis é necessária e possível, só então teremos o direito de dizer que, num país camponês tão imenso como a Rússia, demos um passo importante na vida da agricultura socialista.” (LENIN, 1980b: pp. 220-221).

18 O conceito de capital social aqui utilizado é aquele expresso por Pierre Bourdieu: “O capital social é o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à condição de uma rede de relações mais ou menos

evidente que este não é um processo linear: poucos EES sobrevivem e se consolidam; muitos se transformam em empreendimentos econômicos não-solidários (de onde desaparece a autogestão, embora muitas vezes se mantenha a forma jurídica “cooperativa” ou “associativa”) ou até mesmo em empreendimentos capitalistas.

Sem essa *dupla acumulação* – econômica e social –, a economia solidária não poderia e não poderá sobreviver. Entretanto, ela não se relaciona ao tipo de processo histórico descrito por Marx ou aquele previsto por Preobrazhensky: ele não comporta formas compulsórias de transferência de riqueza entre setores econômicos representados por modos de produção distintos. Não há para a economia solidária algo que corresponda ao estado absolutista (na acumulação primitiva capitalista) ou ao estado soviético (na acumulação primitiva socialista), mas ao contrário: a economia solidária pressupõe a existência de um grau razoavelmente avançado de democracia formal, e exige – para que possa aspirar a tornar-se hegemônica numa outra formação social – um grau mais avançado ainda de democracia, que permita aos trabalhadores exercerem pressão e controle efetivos sobre o Estado.

Neste sentido, encontramos-nos muito mais próximos do sentido dado por Smith, que apesar de ilusório para o processo histórico que queria descrever, aparece como um horizonte explicativo para a economia solidária. Tal processo, apesar de ainda incipiente, é concreto e se apresenta como um processo de acumulação econômica que se combina em alto grau à acumulação social, buscando transformar a sociedade a partir de um processo histórico de acumulação delimitado pela tomada de consciência dos trabalhadores e pela re-apropriação radical dos seres humanos sobre todas as esferas da vida social: da produção e do consumo; da política; da preservação da natureza; do reconhecimento das diferenças; da construção de outras formas de ciência e de tecnologia, etc. É claro que este não é um movimento homogêneo da economia solidária, mas já é vivamente presente entre os setores mais avançados dos trabalhadores associados. Falamos, então, de uma acumulação solidária¹⁹.

As condições para a acumulação solidária sob o regime de mundialização do capital

Os empreendimentos econômicos solidários não podem subsistir economicamente sem as condições mínimas de produção, consumo, distribuição e financiamento, que estão dadas pelas condições históricas do mercado capitalista em cada período. Portanto, sem acumulação econômica (em sua forma solidária e não-capitalista), não haverá economia solidária. Por outro lado, a acumulação econômica só é possível a partir de uma excepcional acumulação social, cujas condições são dadas pelo grau de experimentação e de aprendizado dos sujeitos coletivos da economia solidária.

Querendo ou não, isto é determinado pelas condições históricas atuais de desenvolvimento do capitalismo, na sua forma típica de mundialização oligopolista.

A expressão “mundialização do capital” é a que corresponde mais exatamente à substância do termo inglês *globalization*, que traduz a capacidade estratégica de todo grande grupo oligopolista, voltado para a produção manufatureira ou para as principais atividades de serviços, de adotar, por conta própria, um enfoque e

institucionalizadas de inter-conhecimento e de inter-reconhecimento, ou, em outros termos, ao pertencimento a um grupo cujos agentes não somente são dotados de propriedades comuns (suscetíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros e por eles mesmos), mas que também estão unidos por laços permanentes e úteis (...). O volume do capital social que um agente particular possui depende então da rede de relações que ele pode efetivamente mobilizar e do volume de capital (cultural, econômico ou simbólico) que é próprio de cada um daqueles a quem está ligado." (1980, p. 2)

19 É bem possível (e até provável) que uma formação social solidária hegemônica por um modo de produção solidário possa cenário de uma *desacumulação solidária*, capaz de recompor o equilíbrio entre humanidade e natureza. Mas isto é um tema para o futuro.

conduta 'globais'. (...) Não é todo o planeta que interessa ao capital, mas somente parte dele, mesmo que suas operações sejam poluidoras a nível mundial, no plano da ecologia como em outros. Ligar o termo "mundialização" ao conceito de capital significa dar-se conta de que, graças ao seu fortalecimento e às políticas de liberalização que ganhou de presente em 1979-1981 e cuja imposição foi depois continuamente ampliada, o capital recuperou a possibilidade de voltar a escolher, em total liberdade, quais os países e camadas sociais que têm interesse para ele. (...) Hoje em dia, muitos países, certas regiões dentro de países e até áreas continentais inteiras (na África, na Ásia e mesmo na América Latina) não são mais alcançadas pelo movimento de mundialização do capital, a não ser sob a forma contraditória de sua própria marginalização. Esta deve ser estritamente compreendida, como mecanismo complementar e análogo ao da "exclusão" da esfera da atividade produtiva, que atinge, dentro de cada país, uma parte da população, tanto nos países industrializados quanto nos países em desenvolvimento. (CHESNAIS, 1996: pp. 17-18).

A mundialização do capital não subtrai, de forma alguma, o processo de concorrência capitalista, mas modifica-o radicalmente em relação às fases anteriores de desenvolvimento do sistema. No período de livre concorrência (que domina até o final do século XIX), na maioria dos estados nacionais "avançados" as firmas locais disputavam a supremacia sobre mercados regionais e nacionais. No período subsequente (chamado muitas vezes de capitalismo "monopolista" ou "imperialista"), a concorrência se dava entre monopólios ou oligopólios nacionais por territórios delimitados, coloniais ou semi-coloniais, em busca de fatias mais amplas de mercados específicos no cenário mundial (processo que domina até as décadas de 60 ou 70 do século XX). Enquanto isto, nichos e brechas de mercado não ocupadas pela concorrência oligopolística seguiam sendo disputados por firmas menores.

O período da mundialização é o período em que firmas transnacionais (oligopólios mundiais) disputam entre si oportunidades globais de valorização do capital, em escala mundial, através de alianças, fusões, aquisições e formas diversas de concentração de capital, com "invasões" de territórios geográficos e mercadológicos, apagando fronteiras de todos os tipos. E como anteriormente, naqueles mercados ainda não ocupados pela concorrência global, seguem havendo disputas entre oligopólios nacionais; e nos pequenos nichos e brechas locais, prossegue a disputa entre as pequenas firmas.

Os empreendimentos solidários se concentram majoritariamente na base da pirâmide concorrencial, atuando majoritariamente em mercados de preços livres²⁰, isto é, aqueles em que há um processo concorrencial que determina flutuações de preços diretamente em função das relações de oferta e demanda de mercadorias e serviços: produtos agrícolas, serviços pessoais ou técnicos de baixa qualificação, reciclagem de resíduos, produtos de baixa manufaturação (por exemplo). De modo geral, os EES concorrem com pequenas empresas capitalistas, que como eles detêm pouco capital econômico, têm problemas relacionados à gestão (pouco conhecimento) e utilizam tecnologias ultrapassadas.

Alguns poucos empreendimentos, com suficiente capital econômico acumulado participam de mercados de preços administrados (e em raríssimas situações, aparecem como "firmas-líderes")²¹. Este é o caso, na maioria das vezes, das empresas autogestionárias recuperadas pelos trabalhadores,

20 A distinção entre "preços livres" e "preços administrados" foi estabelecida originalmente por Gardiner Means, um economista norte-americano, na década de 1930. Means procurou demonstrar que durante a grande depressão as firmas oligopolistas compensavam a redução da demanda com aumentos de preços, levando ao que os economistas chamam de *mark-up*: um realinhamento geral dos preços de determinado mercado pela empresa-líder do setor. Portanto, os preços não variavam em função da oferta e da demanda (como nos mercados de preços livres), mas em função das estratégias das empresas oligopolistas, ensejando mercados de "preços administrados" (FUSFELD: 2003, p. 299).

e em alguns poucos casos, por EES que já conseguiram alcançar algum grau de acumulação. Em todos os casos as margens de excedente econômico são muito estreitas, dificultando a acumulação de capital, o vale também para a maioria das pequenas e médias empresas capitalistas, pois uma parte significativa dos excedentes econômicos é transferida ao setor financeiro através do pagamento de juros e aos setores oligopolistas de meio dos preços administrados, que representam transferências desiguais de quantidades de trabalho em função de assimetrias tecnológicas (entre pequenas empresas e EES, de um lado, e oligopólios, de outro) (KALECKI: 1980). Afora as raríssimas exceções indicadas, os EES operam com margens muito estreitas de excedentes, permanecendo na situação a que Josef Steindl (1986) chamou de “instabilidade crítica” das empresas marginais sob o regime de oligopólio.

Quais são as possibilidades, então, dos empreendimentos solidários ampliarem a acumulação solidária neste contexto?

A primeira possibilidade – indicada por Marx e Preobrazhensky para os períodos históricos analisados por eles – seria o acesso preferencial a fundos públicos de financiamento econômico e social. Hoje eles se encontram quase que completamente controlados pelo capital oligopolista e no caso do Brasil este privilégio é dado, fundamentalmente, pelos recursos disponibilizados pelo BNDES e pelo regramento do sistema de licitações públicas. Se os EES fossem reconhecidos em seu caráter social, de geração de trabalho e de distribuição de renda, e se fosse devidamente valorizados pelo caráter anti-cíclico²² de seu desenvolvimento – e claro, se houvesse força e vontade política para tanto – uma parte substancial dos fundos públicos de fomento deveriam estar disponíveis para a economia solidária. Isto significaria, por exemplo, dar acesso aos EES a linhas de crédito com juros privilegiados (em comparação com o financiamento ao setor capitalista), aplicando o mesmo princípio a políticas fiscais e a recursos destinados à pesquisa tecnológica que estivessem voltados especialmente para a economia solidária. Poderia significar também “discriminações positivas” em favor dos EES nos processos de aquisição de bens e serviços pelo Estado, bem como de investimentos estatais “desproporcionais” (na relação economia solidária / economia capitalista) em favor do setor solidário²³.

Entretanto, isto exigiria uma capacidade de mobilização política muito superior à que tem hoje o movimento da economia solidária. Todavia, as conquistas da agricultura familiar e da reforma agrária, no Brasil, simbolizam de forma clara esta possibilidade e o mesmo se pode dizer sobre a importância atribuída pelo atual governo da Venezuela – por mais polêmico que ele seja – à economia solidária. É preciso lembrar que o Estado não é um bloco monolítico inexpugnável: se é verdade que os oligopólios detêm enorme poder, também é verdade que a democracia abre espaços que os setores populares, se bem organizados e mobilizados podem disputar. Mas para isto, é claro, é absolutamente necessário que a economia solidária se capaz de construir-se como uma força política capaz de denunciar e fustigar o atual controle do Estado por parte dos oligopólios.

Uma segunda possibilidade, igualmente difícil e complexa, mas não impossível, diz respeito à aplicação de inovações tecnológicas pelos empreendimentos solidários como ferramentas

21 Este é caso, talvez, de algumas das cooperativas industriais de Mondragón (muitos discutem, inclusive, se se pode aplicar aí o conceito de economia solidária) ou de algum caso raro (igualmente discutível) nos países do MERCOSUL (como a metalúrgica Uniforja, no Brasil; ou laticínios Sancor na Argentina).

22 “Anti-cíclico” é o termo usado pelos economistas para descrever estratégias (públicas ou de mercado) que visam contra-arrestar os fatores determinantes das crises cíclicas do capitalismo. Para uma descrição mais apurada do caráter macroeconômico anti-cíclico da economia solidária, ver Cruz (2006).

23 Se fosse possível ao menos igualar as condições de tratamento dispensado atualmente aos empreendimentos capitalistas para os EES, isto já seria um enorme ganho, uma vez que todo o aparato da relação do Estado com a economia – desde a legislação até a distribuição dos fundos públicos de financiamento, passando pelos esforços relativos ao comércio exterior etc. – está destinado a garantir apoio massivo das estruturas públicas ao capital privado.

competitivas nos mercados em que atuam. Tratar desta possibilidade exigiria, por si só, um ou vários outros artigos²⁴, mas é possível sinalizar aqui, em linhas gerais, de quê se trata, embora seja preciso perceber que esta segunda possibilidade está vinculada à terceira, como veremos adiante.

Vejamos. A perspectiva heterodoxa da microeconomia (Labini, Sraffa, Steindl, Penrose etc.), secundando Schumpeter, já indicou há muito tempo o papel da inovação tecnológica no processo de concorrência capitalista (e hoje em dia isto é quase do senso comum, dispensando maiores explicações). O problema, evidentemente, diz respeito à possibilidade dos EES disporem de inovações tecnológicas, já que a pesquisa e desenvolvimento de tecnologias produtivas é justamente a “caixa preta” do poder econômico dos oligopólios, e justamente por isto é um setor que demanda enormes recursos humanos e financeiros (ver CHESNAIS: 1996).

Se tratarmos as inovações tecnológicas apenas como aquelas relacionadas ao desenvolvimento típico do capitalismo contemporâneo (microeletrônica, biogenética, petroquímica etc.) parece evidente que os EES teriam dificuldades imensas para a inovação. Entretanto, as inovações no campo da tecnologia social²⁵ se produzem com objetivos e formas diferentes das da economia capitalista. O uso de sementes nativas, de substâncias fitoterápicas, de métodos de produção agroecológica, de materiais alternativos para construção civil, de insumos de origem renovável, de processos produtivos baseados em conhecimentos populares, de software livre etc. são exemplos, entre um sem-número de desenvolvimentos pouco conhecidos do público em geral e que constituem nichos de produção tecnológica que se aproximam cada vez mais da economia solidária. O desenvolvimento e o uso de tecnologias sociais capazes de produzir mais e melhor, de forma ambientalmente sustentável se faz, de modo geral, também, solidariamente: de forma colaborativa, regulada por princípios de socialização da propriedade intelectual que impedem aos desenvolvedores de se apropriarem comercialmente de algo que, de fato, e aliás como todo conhecimento técnico-científico acumulado, foi desenvolvido historicamente e socialmente.

A possibilidade de que EES utilizem a tecnologia social como forma de inovação que lhes permita acumular capital econômico depende – mais uma vez – do acúmulo de capital social dos empreendimentos, isto é, da sua capacidade de mobilizar redes colaborativas de pesquisa, seja através da troca solidária de conhecimentos, do uso de estruturas de pesquisa de instituições públicas (universidades, empresas estatais de desenvolvimento tecnológico etc.) ou mesmo da constituição de instituições de pesquisa privadas (instituições, fundações) mantidas por colaboração solidária e/ou por investimentos solidários de redes de empreendimentos²⁶.

Por fim, o terceiro e fundamental caminho da acumulação solidária – a que está vinculado o segundo – é a internalização máxima dos diversos elos da circulação do capital: produção,

24 Já há estudos importantes no Brasil sobre o tema, como a produção teórica de Renato Dagnino e Henrique Tahan Novais (ver “referências bibliográficas”).

25 Tecnologias sociais são produtos, técnicas e/ou metodologias reaplicáveis, relacionados a qualquer área do conhecimento (incluídas, portanto, tanto as ciências naturais quanto as ciências sociais) desenvolvidas na interação com as comunidades, através da articulação entre os saberes populares acumulados e os saberes cientificamente construídos, a partir das demandas por conhecimento socialmente identificadas e que representam efetivas soluções de transformação social. O conceito, assim apresentado, foi baseado essencialmente na definição da Rede de Tecnologia Social brasileira. Ver: <<http://www.rts.org.br>>. Acesso em 15/12/2010.

26 Exemplos da relação universidade/EES existem em quase toda parte. No Brasil, ela se expressa, entre muitas outras formas, pela existência de duas redes de incubadoras tecnológicas de cooperativas populares (ITCPs). Da mesma forma, várias instituições da sociedade civil vêm trabalhando na busca de alternativas tecnológicas, existindo mesmo uma Rede de Tecnologia Social. Por fim, a idéia das próprias redes de empreendimentos suportarem econômica e socialmente outros empreendimentos vinculados à produção tecnológica tem com exemplo principal as treze cooperativas de P&D que foram gestadas e que estão vinculadas à Mondragón Corporação Cooperativa e à própria Universidade Mondragón, embora pouco se discuta, aí, em termos de tecnologias sociais.

distribuição, consumo e acumulação. Sem ele, a economia solidária não pode aspirar à condição de modo de produção hegemônico, pois é o único que possibilita que os excedentes gerados no “setor solidário” da economia sejam convertidos em acumulação solidária, evitando sua transferência ao setor capitalista.

Este movimento econômico pressupõe:

(a) a generalização da produção solidária, buscando a internalização máxima das cadeias produtivas, isto é, estimulando o surgimento de produtores solidários de insumos para a produção solidária já existente, e quando se tratar de produtores de insumos, estimulando o surgimento de produtores de produtos para consumo direto, articulando não apenas as cadeias produtivas internamente, mas também entre si;

(b) a generalização da distribuição solidária, a partir da criação de mecanismos próprios aos EES: empreendimentos de distribuição co-geridos por empreendimentos de produção e pelos trabalhadores do setor de distribuição (por exemplo) para a comercialização de seus produtos de forma associada: supermercados da economia solidária, empresas do setor de logística, agências de publicidade etc. organizadas com base no trabalho autogerido.

(c) a generalização do consumo solidário (“responsável” ou “consciente”), através de um processo progressivo, persistente e de longo prazo, que potencialize a amplie a consciência dos consumidores e sua aliança com os produtores solidários (evitando o uso de mecanismos de produção e consumo solidário em arranjos não-solidários²⁷) e, especialmente, estimulando o consumo consciente por parte dos trabalhadores associados;

(d) a generalização de mecanismos de financiamento solidário, especialmente aqueles vinculados à formação de fundos solidários para financiamento de projetos produtivos e de desenvolvimento e difusão de novas tecnologias sociais.

Três observações finais

A primeira delas é *que nenhum desses caminhos da acumulação solidária é apresentado aqui como uma proposição ou como uma fórmula*, mas como resultado da observação empírica, ou seja: de ações que já se encontram em construção e com exemplos são significativos.

A apropriação dos fundos públicos, por exemplo, é ainda incipiente, mas já existe. A prova disso é a existência de organismos públicos de apoio e fomento à economia solidária em muitos países e, no caso do Brasil, em muitos estados e em muitos municípios. O já citado BNDES, por já se viu obrigado a ter um Departamento de Economia Solidária (que por enquanto, é verdade, funciona muito pouco). A existência de programas governamentais como o PAA²⁸ e a legislação que obriga a merenda escolar a comprar 30% de seus produtos das organizações da agricultura familiar, embora sendo conquistas do movimento dos pequenos agricultores e não da economia solidária, demonstram esta possibilidade.

Também o desenvolvimento de tecnologias sociais apropriáveis e/ou apropriadas por EES é algo que vem se disseminando rapidamente e que são exemplos as já citadas RTS e as redes de incubadoras. Pode-se dizer, inclusive, que o movimento de aproximação dos desenvolvedores de

27 Como por exemplo a manutenção de “quiosques do comércio justo” em supermercados de grandes cadeias multinacionais capitalistas, ou a priorização simples (sem busca ou negociação com outros EES) de relações comerciais de EES com firmas convencionais, com base exclusiva em um cálculo de custo-benefício meramente financeiro.

28 O Programa de Aquisição de Alimentos é gerido conjuntamente pelo Ministério do Desenvolvimento agrário e pelo Ministério do Desenvolvimento Social, com a participação de outros órgãos federais. Ele adquire produtos da agricultura familiar através das cooperativas para sua distribuição a famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família.

tecnologias sociais em direção à economia solidária é maior que o movimento em sentido inverso, pois a visão de mundo desses produtores de tecnologia que querem um mundo melhor para todos – e não apenas para si – os empurra para alianças duradouras com a economia solidária.

A existência de redes de produção de economia solidária é testemunhada por experiências variadas no Brasil, como a Ecovida, a Justa Trama, o Banco Palmas, as comunidades de software livre etc., o que acontece também em vários outros países da América Latina (Rede Jade, no México; Villa Salvador, no Peru; rede de empreendimentos da Província de Santander, na Colômbia etc.). Redes de distribuição solidária começam a se formar em torno das experiências de produção.

O crescimento do consumo consciente/responsável é tão notável que os próprios oligopólios capitalistas vêm tentando – de muitas e diversas formas – atraírem para si esta nova e diferenciada massa de consumidores, com a oferta de produtos específicos. Mecanismos de financiamento solidário – fundos/bancos de fomento e empresas de produção de tecnologia – têm como exemplo principal e efetivo, até o momento, o complexo de Mondragón Corporação Cooperativa, que serve como uma excepcional experiência para reflexão²⁹.

A segunda observação é que – como se depreende muito facilmente de toda argumentação apresentada até aqui – *a acumulação solidária (em seu aspecto estritamente econômico) depende essencialmente de sua acumulação social, especialmente de sua capacidade organizativa em múltiplas esferas da ação social.*

Isto significa que tem de atuar como movimento social, como corrente utópica, como organização política (incluindo formas de expressão político-partidária, se for o caso), como rede de interconexões econômicas colaborativas. Mas, sobretudo, o aspecto fundamental deste processo é a necessidade de construção de um novo padrão cultural de relações humanas, uma nova ética das relações sociais e econômicas, que incorpore efetivamente o valor da solidariedade. Evidentemente, não estou aqui propondo um apagamento das diferenças ou dos conflitos, mas a necessária construção de uma nova cultura de tolerância à diferença, de respeito à posição do outro sempre que outro respeite a todos, de regramento igualitário do jogo democrático, com o necessário respeito à suas regras, de participação ampla, responsável e proativa de todos nos processos coletivos. E se a economia solidária existe hoje é porque, justamente, este processo já se encontra há muito em construção entre muitos grupos.

A terceira observação é que, *embora a acumulação solidária seja um fato, ainda que incipiente, muito provavelmente a grande maioria de seus agentes não a percebe sob este prisma e muito menos a projeta como um processo de construção de uma nova sociedade.* Dizer isto, de alguma forma, é dar uma resposta aos que dizem que a economia solidária é uma visão idealizada da realidade. Nada disso: ela é um processo histórico, concreto e real, que pertence ao nosso tempo e é parte de sua dialética.

Entretanto, convém lembrar que tampouco os mercadores de Veneza do século XVI sonhavam com a acumulação primitiva de capital, e nem os operários de São Petersburgo e Moscou pensavam sobre a acumulação primitiva socialista. Em outras palavras: um agente histórico não necessita ter clara consciência de seu papel histórico para desempenhá-lo.

Assim, se uma nova formação social vai nascer um dia e se a economia solidária será o modo de produção que vai estruturá-la, isto é algo que só o amanhã pode dizer. Mas se houvesse uma bolsa de apostas sobre o nosso futuro eu apostaria nesta hipótese, ainda que provavelmente eu não viva o suficiente para receber o prêmio.

²⁹ Minha avaliação sobre a importância da experiência de Mondragón para a acumulação solidária pode ser encontrada também em Cruz (2006, pp. 232-276).

Referências bibliográficas

- ANDERSON, Perry. *Linhagens do estado absolutista*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- BOURDIEU, Pierre. Le capital social – notes provisoires. In: *Actes de la recherche en sciences sociales* – Vol. 31, 1980. Disponível em: <http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/arss_0335-5322_1980_num_31_1_2069>. Acessado em 28/12/2010.
- CESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.
- CRUZ, Antônio. *A diferença da igualdade* – a dinâmica da economia solidária em quatro cidades do Mercosul. Tese de doutorado em economia aplicada, Instituto de Economia/Unicamp, 2006. Orientador: Márcio Pochmann. Disponível em <http://antares.ucpel.tche.br/nesic/publicacoes_antonio.php>. Acessado em 05/01/2011.
- DEUTSCHER, Isaac. *Trotsky – o profeta desarmado (1921-1929)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.
- DOBB, Maurice. *A evolução do capitalismo*. São Paulo: Nova Cultural, 1986.
- FUSFELD, Daniel. *A era do economista*. São Paulo: Saraiva, 2003.
- HARVEY, David. *Condição pós-moderna* – um estudo sobre a origem da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 1993.
- KALECKI, Michal. Salários nominais e reais. In: **Kalecki – economia**. São Paulo: Ática, 1980.
- LENIN, Vladimir. Discurso no I Congresso das Comunas Agrícolas e Artéis Agrícolas – 4 de dezembro de 1919. In: *Obras escolhidas* – volume 3. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.
- LENIN, Vladimir. Sobre a cooperação. In: *Obras escolhidas* – volume 3. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.
- MARX, Karl. *O capital* – crítica da economia política. São Paulo: Nova Cultura, 1985.
- MÉZÁROS, Istvan. *Para além do capital* – rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2002.
- PREOBRAZHENSKY, Evgueni. *La nueva economía*. México: Ediciones Era, 1976.
- RAZETO Luis. *Los caminos de la economía de solidaridad*. Buenos Aires: Lumen-Hvmanitas, 1997.
- SMITH, Adam. *A riqueza das nações* – investigação sobre sua natureza e suas causas. São Paulo: Nova Cultural, 1983.
- SINGER, Paul. Economia solidária: um modo de produção e de distribuição. In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo et al. *Economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2002.
- STEINDL, Josef. *Maturidade e estagnação no capitalismo americano*. São Paulo: Nova Cultural, 1986.